

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010970-88.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Crime Culposos)**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **SAMUEL SERGIO DE SOUZA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello****VISTOS**

SAMUEL SÉRGIO DE SOUZA (R. G. 45.940.516-0), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso as penas do artigo 129, § 2º, inciso IV, do Código Penal, porque no dia 15 de maio de 2015, por volta das 08h25, na Avenida Bruno Ruggiero Filho, esquina com a Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, bairro de Santa Felícia, nesta cidade, agindo com dolo eventual, ofendeu a integridade corporal da vítima **Inis Ana Vicentim Chaves**, ao atropelá-la com a sua motocicleta, logo após empiná-la na via pública, causando-lhe as lesões corporais de natureza grave, consistente na deformidade estética permanente em suja face, além de tê-la exposto a perigo de vida, conforme laudo pericial carrada as fls. 18, laudo complementar acostado a fls. 65/66 e fotografias as fls. 14/15.

Recebida a denúncia (fls. 75), o réu foi citado (fls. 104) e respondeu a acusação através de Defensor Público (fls. 108/109). Sem motivos para a absolvição sumária, na instrução foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação (fls. 134/136) e o réu interrogado (fls. 137/138). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação nos

0010970-88.2015.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

termos da denúncia e a defesa pugnou pela absolvição sustentando ausência de dolo na conduta do réu e, subsidiariamente, pediu a desclassificação para o delito culposos (fls. 139/140).

É o relatório.

D E C I D O.

O fato imputado ao réu envolve o atropelamento da vítima por uma motocicleta que aquele conduzia, quando da passagem por um cruzamento dotado de sinal semafórico. A vítima, uma idosa de 79 anos, foi cruzar a Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza quando o sinal estava aberto para o movimento desta via, em cujo momento foi atingida pela motocicleta conduzida pelo réu, que, instantes antes, fez a manobra de empinar a roda dianteira do veículo.

O atropelamento foi gravado por uma câmara e exibido em telejornal da EPTV, cuja gravação está na mídia de fls. 16. As imagens revelam a realidade do ocorrido, sendo possível observar o movimento dos veículos naquele instante, confirmando que o sinal estava aberto para o fluxo da mencionada rua e por onde seguia o réu, o ingresso da vítima no leito carroçável e a aproximação da motocicleta, visualizando ainda a manobra feita pelo acusado, na qual se assenta a denúncia para incriminá-lo.

O réu admite que ao entrar no cruzamento “empinou” a moto, erguendo a roda dianteira do solo, “de certa forma” por exibicionismo, como reconheceu em seu interrogatório judicial (fls. 138).

Resta decidir se o ato do réu configura o crime de lesão corporal dolosa, como deseja o Ministério Público, sustentando a ocorrência do dolo eventual. Segundo a denúncia ele agiu dolosamente, porquanto, com a manobra praticada, assumiu o risco de atingir a vítima.

Revelam as imagens da gravação que a vítima ingressou no leito da rua em momento impróprio e inoportuno, porque o sinal estava aberto para o fluxo daquela via, sem se preocupar com a movimentação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dos veículos. Disse a vítima que os “motoristas que pararam” deram sinal para ela passar (fls. 134). Certamente foram os motoristas que transitavam pela Avenida Bruno Ruggiero Filho, que tiveram que parar porque o sinal fechou para eles, que mandaram a vítima passar, situação que a levou a ingressar descuidadamente na via.

Tudo bem examinado, considero temerária e por demais severa uma conclusão de que o réu, dolosamente, atropelou a vítima.

Convém tecer algumas considerações sobre o dolo eventual que, como se sabe, muito se aproxima da culpa consciente, mas dela difere. Nesta, como ensina E. Magalhães Noronha, “**o agente, conquanto preveja o resultado, não o quer, esperando insensatamente que não se verifique**” (Direito penal, 1º volume, 1973, p. 132).

DAMÁSIO DE JESUS conceitua: “**Ocorre o dolo eventual, também chamado condicionado, quando o sujeito assume o risco de produzir o evento, i. e., prevê, admite e aceita o risco de produzi-lo (CP, art. 18, I, parte final)**” (Código Penal Anotado, 22ª edição, 2014, p. 98).

Também: “**quando o agente, conscientemente, admite e aceita o risco de produzir o resultado**” (Código Penal Comentado, Celso Delmanto e outros, 7ª edição, 2007, p. 78).

O escólio de CEZAR ROBERTO BITENCOURT indica que: “**Haverá dolo eventual quando o agente não quiser diretamente a realização do tipo, mas aceita-la como possível ou até provável, assumindo o risco da produção do resultado (art. 18, I, in fine, do CP), isto é, não se importando com sua ocorrência**”, concluindo mais adiante: “**A consciência e a vontade, que representam a essência do dolo direto, como seus elementos constitutivos, também devem estar presentes no dolo eventual. Para que este se configure é insuficiente a mera ciência da probabilidade do resultado ou a atuação consciente da possibilidade concreta da produção desse resultado, como sustentaram os defensores da teoria da probabilidade. É indispensável uma determinada relação de vontade entre o**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

resultado e o agente: a *anuência* ao resultado, isto é, aceita-lo como provável, sem se importar com sua ocorrência, sendo-lhe indiferente; *anuir* ou *consentir* no resultado é uma forma de querê-lo. A ausência dessa forma de “querer” impede a configuração do dolo eventual, a despeito da previsibilidade do resultado. É exatamente esse *elemento volitivo* que distingue o dolo da culpa. A simples previsão da possibilidade de um resultado gravoso é característica da culpa e não do dolo” (Tratado de Direito Penal, Parte Geral 1, 21ª edição, 2015, páginas 362/363).

E como sustenta Celso Delmanto e outros, ao tratar da diferença entre dolo eventual e culpa consciente: “É importante não confundir o *dolo eventual* com a *culpa consciente*. No dolo eventual, não é suficiente que o agente se tenha conduzido de maneira a assumir o risco de produzir o resultado; exige-se mais, que ele haja *consentido* no resultado” (ob. cit., 79).

E como conceitua NELSON HUNGRIA: “assumir o risco é alguma coisa mais que ter consciência de correr o risco: é consentir previamente no resultado, caso venha este, realmente, a ocorrer” (Comentários ao Código Penal, ed. Forense, 1978, vol. I, t. II/122).

E segundo ainda lição do sempre lembrado HUNGRIA, discorrendo sobre a diferenciação do dolo eventual e culpa consciente: “Há entre elas, é certo, um traço comum: a previsão do resultado antijurídico; mas, enquanto no dolo eventual o agente presta anuência ao advento desse resultado, preferindo arriscar-se a produzi-lo, ao invés de renunciar à ação, na culpa consciente, ao contrário, o agente repele, embora inconsideradamente, a hipótese de superveniência do resultado e empreende a ação na esperança ou persuasão de que este não ocorrerá” (ob. Cit., pp 116-117).

No mesmo sentido proclamou ANIBAL BRUNO: “Se o agente, prevendo embora o resultado, espera sinceramente que este não ocorra, não se pode falar em dolo, mas só de culpa. É a culpa com previsão ou culpa consciente” (Direito Penal, Parte Geral, ed. 1956, t. 2, pp 457-458).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

E a jurisprudência não leva a campo diferente:

“Na hipótese de dolo eventual não é suficiente que o agente tenha se conduzido de maneira a assumir o risco de produzir o resultado; exige-se, mais, que ele tenha consentido no resultado” (RT 607/274).

“Para caracterizar o dolo eventual, não basta a assunção do risco, porque relevante é o elemento volitivo, representado pelo consentimento do agente, quanto ao resultado que se produziu conforma aa sua representação” (RT 784/709).

“O dolo eventual pressupõe previsibilidade do resultado do crime e aceitação de sua realização. Não basta a representação do fato criminoso, mas, sim, o consentimento do agente na ocorrência do resultado” (RT 801/629).

Assim, para o reconhecimento do dolo eventual não basta a previsibilidade do resultado, traço comum com a culpa consciente. O que difere é que no dolo eventual o agente dá o seu assentimento, a sua anuência ao resultado lesivo, e na culpa consciente não há qualquer adesão.

O dolo, mesmo na modalidade eventual, não deixa de ser dolo, exigindo no elemento subjetivo, ainda que em mínima parcela, o fator volitivo.

Frente aos ensinamentos apontados, chego à conclusão de não ter o réu incorrido em dolo no fato em que se envolveu.

Menciona-se, desde logo, que o caso dos autos é bem diferente daqueles envolvendo acidente de trânsito, em que a jurisprudência reconhece a presença do dolo eventual. Somente pela manobra feita pelo réu, embora com certo risco, até maior para ele, não autoriza o reconhecimento do dolo eventual.

Mesmo reconhecendo que o réu, como muitos motociclistas assim o fazem, tenha realizado manobra que seja considerada arriscada, não é possível, nas circunstâncias em que assim



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedeu, demonstrasse com tal comportamento desapego à incolumidade alheia, além de anuir ou consentir no atropelamento de alguém. Ainda mais na hipótese dos autos, em que a vítima somente foi atingida porque ingressou em momento impróprio e de forma totalmente desatenta no leito da rua.

O réu teve a vontade de praticar o ato inicial que foi o empino da motocicleta, manobra incorreta, é certo. Mas a mesma vontade não se encaminhou para o resultado que, nas circunstâncias apontadas, poderia até não se apresentar como possível.

Mesmo tendo ele empinado a motocicleta, não perdeu o controle da mesma. Não tivesse a vítima invadida a via pública, o acidente sequer teria ocorrido. Pela proximidade o réu não teve condições de desviar totalmente da vítima, que foi atingida pelo guidom da motocicleta.

E se for reconhecido que ao empinar a motocicleta o acusado arriscou a produzir um resultado lesivo, também é possível afirmar que nas circunstâncias do evento não concordou e tampouco consentiu com o mesmo.

Na verdade quando o réu realizou a questionada manobra, com objetivo de demonstrar ter domínio sobre a máquina, ou até mesmo por ato de exibicionismo, não tinha como avaliar naquele instante a possibilidade de atropelar alguém e ir mais além, ou seja, assentir com o resultado doloso de eventual atropelamento. Na verdade não teve sequer tempo de representar o fato e de aceita-lo como provável.

Então, sopesadas cuidadosamente as circunstâncias do fato, elas indicam que o réu simplesmente realizou uma manobra passiva de ser caracterizada de risco, até maior para ele do propriamente para terceiros. Poderia ter tido a representação da possibilidade do resultado, ou seja, de atingir alguém, mas não a assertiva de anuir ao resultado que acabou acontecendo, principalmente o de atingir uma pessoa que, inesperadamente, ingressou à sua frente e justamente no trajeto que desenvolvia. Tampouco aprovando-o intimamente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não, não se verifica nem mesmo um mínimo de resquício de vontade do réu de atingir a vítima. A hipótese não foge à regra dos delitos de trânsito, cujo impulso doloso, mesmo o eventual, é raríssimo.

Na verdade obrou o réu com culpa *stricto senso*, pela imprudência ao realizar manobra imprópria e descuidada para quem trafega em via pública, local inadequado para realização de ações exibicionistas, que compromete a cautela que se deve ter na condução de veículo, especialmente em ruas da zona urbana.

Houve, de sua parte, apenas culpa, no máximo consciente, mas culpa e não dolo como procura sustentar o douto e combativo Promotor de Justiça.

Certamente, se tivesse persuadido de que o infeliz resultado sobreviria realmente, teria, sem dúvida, desistido de tomar aquela atitude.

Assim, não vejo configurado o dolo eventual na conduta do réu nos fatos acontecidos e mostrado nas imagens gravadas e anexadas ao processo. Quando muito, resulta duvidoso o seu reconhecimento e, neste caso, lembrando lição do saudoso Prof. Heleno Cláudio Fragozo, “**se subsistir dúvida em relação ao mesmo, deve-se admitir a hipótese menos grave de culpa consciente**” (Lições de Direito Penal, vol. 1, p. 177).;

Tenho que a conduta do réu derivou-se da culpa consciente. Não se pode dar ao fato por ele praticado dimensão maior do que a culpa. Sua conduta foi totalmente culposa, realizando manobra imprudente, afoita e descautelosa na condução do seu veículo, não restando outra coisa a fazer senão desclassificar a infração de lesão corporal dolosa para a culposa, de que trata o artigo 303 da Lei 9.503/97 (CTB).

Mas por tal fato o réu não poderá ser punido, porque realizou acordo civil com a vítima (fls. 39/41), que foi devidamente homologado (fls.46).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No caso de acordo civil, em ação penal que depende de representação - hipótese da lesão corporal culposa (artigo 88 da Lei 9.099/95) -, o acordo homologado acarreta renúncia ao direito de representação (artigo 74, § único, da Lei 9.099/95) e, por conseguinte, provoca a extinção da punibilidade.

Posto isto, de início dou ao fato imputado ao réu definição jurídica diversa, entendendo-o apurável nos termos do artigo 303 da Lei 9.503/97 (CTB). Em segundo lugar, verificando a ocorrência de acordo civil, que ocasiona renúncia de representação, com fulcro no artigo 107, inciso V, do Código Penal, aplicável por analogia, **declaro extinta a punibilidade do réu.**

P. R. I. C.

São Carlos, 31 de maio de 2017.

ANTONIO BENEDITO MORELLO

JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**